



Conteúdo programático:

BLOCO A – DIREITOS HUMANOS E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE:

AULA 1: DIREITOS HUMANOS E SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

- Introdução ao curso, apresentação do conteúdo programático e definição dos resultados esperados.
- Fundamentação teórico-normativa dos direitos humanos e da dignidade humana: premissas para o controle de convencionalidade.
- Conceito e função dos direitos humanos: dever jurídico de respeito, proteção e promoção pelos magistrados(as).
- Desafios contemporâneos da aplicação multinível do direito internacional dos direitos humanos.
- Critérios de interpretação e aplicação: princípios, proporcionalidade e normatividade.
- Sistemas internacionais de proteção (global/universal e regionais), com ênfase no sistema interamericano.
- Familiarização com os principais marcos normativos.

AULA 2: CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

- Conceito, origem, fundamento e objetivos do controle de convencionalidade.
- Bloco de convencionalidade e *corpus iuris* interamericano.
- Subsidiariedade do controle internacional e dever primário do juiz nacional na aplicação dos direitos humanos.
- Jurisprudência da Corte IDH: casos envolvendo o Brasil e padrões interamericanos em temas como direitos trabalhistas, sindicais, de gênero, orientação sexual, raça e nacionalidade.
- Litigância internacional dos direitos humanos e litigância climática (Opinião consultiva no 32 da Corte Interamericana de Julho de 2025).
- O papel transformador do Poder Judiciário no exercício do controle de convencionalidade.

BLOCO B – JUSTIÇA DO TRABALHO E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

AULA 3: AGENDAS INTERNACIONAIS E CONDUTA EMPRESARIAL RESPONSÁVEL

- Introdução e conceituação sobre Direitos Humanos e Conduta Empresarial Responsável: Histórico, desenvolvimento e evolução.
- Principais instrumentos internacionais sobre a responsabilidade das empresas em relação aos direitos humanos, incluindo: Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos; Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais; Convenções da Organização

Internacional do Trabalho (OIT); Padrões Interamericanos de Empresas e Direitos Humanos (REDESCA, Comissão IDH).

- Cadeias de valor e riscos sociais: Histórico normativo e exigências internacionais: legislações nacionais e diretrizes da OCDE, ONU, OIT e União Europeia.
- Introdução à ferramenta de Devida Diligência em Direitos Humanos.

AULA 4: SUSTENTABILIDADE E PODER JUDICIÁRIO

- Introdução ao Panorama Normativo sobre sustentabilidade e ESG.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).
- Sustentabilidade no Poder Judiciário: diretrizes normativas; Resoluções CNJ, Governança de Sustentabilidade TST. Boas práticas CNJ e A3P.